

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

### ORGANIZATION OF WORK IN RIVERSIDE COMMUNITIES IN THE AMAZON

Maria do Perpétuo Socorro RODRIGUES CHAVES\* 

João Marcelo RODRIGUES CHAVES\*\* 

---

**Resumo:** O estudo lança um olhar sobre a dinâmica organizativa das atividades laborais no âmbito das comunidades ribeirinhas de Mucajá, Ebenezer e Menino Deus, no município de Maués, Estado do Amazonas. Os dados foram obtidos a partir do projeto de pesquisa intitulado “As múltiplas faces do mundo do trabalho: práticas laborais no domínio das Comunidades Ribeirinhas na Amazônia”, da Bolsa Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. A metodologia adotada configura-se numa modalidade interdisciplinar de pesquisa-ação, a metodologia Interação que envolve diversas áreas do conhecimento técnico-científico, tendo como elemento central o diálogo entre pesquisador e os agentes sociais. Os resultados esperados compreendem a produção de conhecimento sobre as diferentes modalidades de trabalhos desenvolvidas por homens e mulheres e seus grupos doméstico-familiares, em suas práticas laborais coletivas e aquelas individualizadas exercidas sob as bases da dinâmica e da lógica organizativa e cultural do *modus vivendi* do ribeirinho amazônico.

**Palavras-chave:** Trabalho. Povos Tradicionais. Cultura.

---

---

**Abstract:** The study looks at the organizational dynamics for the execution of work activities in the riverside communities of Mucajá, Ebenezer, and Menino Deus, in the municipality of Maués, State of Amazonas. The data obtained from the research project titled "The multiple facets of the world of work: labor practices in the field of the Riverside Communities in the Amazon," of scholarship application of National Council for Scientific and Technological Development – CNPq. The methodology adopted is in an interdisciplinary modality of action research. This Interaction methodology involves several areas of technical-scientific knowledge, central to the dialogue between researcher and social agents. The expected results include producing knowledge about the different modalities of work developed by men and women and their domestic-family groups, their collective work practices, and individualized ones exercised under the basis of the dynamics and the organizational and cultural logic of the *modus vivendi* of riverside community people.

**Keywords:** Work. Traditional Peoples. Culture.

---

Submetido em 13/03/2022. Aceito em 13/03/2023.

---

\* Doutora em Política Científica e Tecnológica, Professora Titular de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas, Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: [socorro.chaves@outlook.pt](mailto:socorro.chaves@outlook.pt)

\*\* Mestrando em Linguística Aplicada/UFAM, Bacharel em Letras, Docente da Escola Estadual Bilingue Gilberto M. de M. Raposo. E-mail: [joamarceloam@live.com](mailto:joamarceloam@live.com)



## Introdução

Dentre as temáticas que povoam os debates contemporâneos, afirma-se a posição de centralidade da discussão sobre trabalho, mas, novos elementos adentram o escopo de estudos e discussões como diversificados processos de apropriação dos recursos naturais, mediados sob a transversalidade da cultura, compõem uma trama complexa na sociedade. A dinâmica das práticas de trabalho em cada sociedade envolve parâmetros diferenciados, singulares, inerentes aos processos organizativos de cada povo.

Este artigo apresenta um estudo desenvolvido pelo Grupo interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação, sobre o *modus vivendi* dos povos tradicionais da Amazônia. Desde 2001, os estudos abrangeram 47 municípios do Amazonas, 05 estados do Norte do Brasil e da Colômbia e Peru, em aproximadamente 1.000 comunidades. Neste artigo são apresentados dados do estudo intitulado “As múltiplas faces do mundo do trabalho: práticas laborais no domínio das Comunidades Ribeirinhas na Amazônia”, Bolsa Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, realizado entre 2013 e 2017, em comunidades do Município de Maués, estado do Amazonas, Região Norte do Brasil.

Os procedimentos metodológicos do estudo configuram uma modalidade interdisciplinar de pesquisa-ação, a metodologia Inter-ação que envolve diversas áreas do conhecimento técnico-científico, tendo como elemento central o diálogo entre pesquisador e os agentes sociais. Um conjunto de técnicas de abordagem grupal foram implementadas (entrevistas, conversas informais, aplicação de formulários, mapas cognitivos, grupo focal entre outras) em visitas aos domicílios nas comunidades ribeirinhas com licenças, autorizações e permissões prévias.

Sob o imperativo da relevância que o tema possui e na disposição em produzir contribuições, mesmo que limitadas, nesse domínio técnico científico, esse artigo discute a singularidade do mundo do trabalho nos domínios das comunidades ribeirinhas da Amazônia, *locus* constituído pela vivência de povos tradicionais não-indígenas (pescadores, extrativistas, quilombolas, varjeiros, ribeirinhos).

Na cena da sociedade contemporânea pode-se afirmar que estudos sobre o tema trabalho pululam por diversas as áreas do conhecimento científico. De maneira particular, são encontrados em abundância os estudos que tratam sobre o trabalho no espaço urbano e organizados sob a lógica capitalista (trabalho assalariado). Dentre os estudos, destacam-se aqueles que adotam uma perspectiva crítica derivados da abordagem marxiana (Karl Marx, 1818 – 1883), e de interpretes (marxistas). Todavia, os estudos sobre o trabalho no domínio territorial das comunidades ribeirinhas na interlândia amazônica, comparados a outros contextos são restritos. Merece destaque os estudos produzidos por antropólogos sobre etnias na Amazônia e o aumento de trabalhos nas Ciências Naturais, Humanas e Sociais Aplicadas.

Pois, as práticas laborais tradicionais possuem ordenamentos diferenciados em relação ao padrão de trabalho no modo de produção capitalista, não apenas em relação ao espaço (meio rural) em que é realizado, mas aos processos e aos fins.

O desafio que se impõe, ao conjunto das disciplinas técnico científicas é avançar no olhar analítico sobre as diversas modalidades de organizações laborais vigentes no domínio territorial abrangido pelas organizações das comunidades ribeirinhas. Sob a premissa de que o trabalho expressa práticas demarcadas por parâmetros socioculturais que derivam da relação que os sujeitos estabelecem entre si, sob o imperativo do pertencimento aos seus grupos, em sociedade, e com a natureza, na instituição de uma ampla rede criativa que inter cruzam saberes e habilidades.

## **1. Trabalho, sob foco da matriz crítico marxiana**

[O trabalho] É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1876, p.4).

Ao longo da história das sociedades foram sendo construídos múltiplos olhares sobre o trabalho, essa multiplicidade desafia o mapeamento das diversas nuances que perpassam as definições e conceitos. Mediante tal complexidade, este trabalho será adotado o enfoque teórico metodológico de matiz marxiana, baseado no entendimento de que seus pressupostos, conceituais e práticos, permitem visualizar a dinâmica organizativa do trabalho no âmbito das comunidades tradicionais amazônicas.

Os estudos que tratam sobre trabalho indicam, baseados nos estudos de Erich Fromm (1900-1980), que a etimologia do vocábulo *trabalho* teve origem no latim *tripalium* (ou *trepalium*), que nominava um instrumento de tortura que era formado por três paus (*tri + palus*) que servia para infligir tortura aos escravos para acelerar o ritmo de suas atividades laborais gerando assim o incremento na produtividade.

Dentre os mais importantes temas de pesquisa da Sociologia, ao longo das décadas o trabalho mantém certa centralidade. A variedade de abordagens e recortes produzidos conjugam desde as condições de reprodução material, física e social da vida ao longo da história, que compõem seu papel nas (re)configurações das sociedades humanas. Friedmann (1960) afirma que o trabalho é um denominador comum e uma condição de cada vida humana. Este autor considera que o homem é um animal social (*poliikon zoon*), que mesmo na sociedade contemporânea, através da variedade de complexos ecológicos, da diversidade de ritmos em que avança o progresso técnico, da estrutura e do nível econômico organizacional do sistema global, a principal ocupação ainda é com o trabalho.

Tal perspectiva incide na percepção de que este é um comportamento essencialmente humano, segundo o referido autor, para os economistas liberais a identificação de sua utilidade é o ponto de partida. Esta vertente defende que o trabalho representa o emprego que o homem faz de suas forças (física e moral) para a geração de riqueza e serviços (COLSON, 1924 APUD FRIEDMANN, 1960). Assim, para este economista, a atividade de trabalho se distingue, essencialmente, por seus objetivos, sua utilidade, pelo valor dos produtos que cria.

Dentre os múltiplos olhares sobre o trabalho há aqueles estudos que percebem o trabalho a partir da relação dinâmica entre o homem e a natureza e estudiosos que buscam encontrar uma definição de trabalho

para além da relação homem-natureza. Um dos primeiros estudiosos a defender esta tese foi Francis Bacon (1561-1626) que definiu o trabalho como uma forma de arte (no sentido de *artes e ofícios*), ou seja, o homem exerce o trabalho para além de relacionamento estrito com a natureza, mas como forma de expressão que extrapola esta interação: *arts homo additus naturae*. Conforme explicita Saviani (2007, p. 154):

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. (...) Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência.

Entre os estudiosos clássicos sobre trabalho, Karl Marx (1818-1883) é um dos principais teóricos, seus estudos abordam o trabalho como *prática social* que compreende um processo de produção social e material dos homens em sociedade. No pensamento econômico de Marx (2007;1982), é imperativo que o trabalho, por seu caráter ontológico, seja percebido no plano de ordenamento das relações dos homens entre si em sociedade, cuja amplitude e significado extrapolam o cunho meramente utilitário e imediatista.

Os estudos de Marx (2007;1982) abordam a relevância do trabalho em diferentes modos de produção, ordenados de maneira particular por diferentes organizações societárias ao longo das transformações históricas, das comunidades primitivas até o processo de constituição do sistema capitalista de produção, inclusive, fazendo inferências sobre o futuro das sociedades tendo o trabalho como elemento central.

O conceito de trabalho, em Marx (2004), sob o prisma filosófico e/ou sociológicos, confronta diversas concepções emitidas nos domínios das teorias econômicas, debatendo as raízes e as circunstâncias, reais e ideológicas, que instituem a natureza do trabalho no plano das relações de produção em cada sociedade (alienação, subordinação, emancipação). Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (2004) apresenta a acepção de trabalho a partir de uma visão filosófica sobre a existência humana, em notória diferenciação em relação ao ponto de vista da economia política que circunscrevendo as ações humanas às motivações de ordem econômica.

Esta perspectiva, apresentada por Marx no *Primeiro Manuscrito*, afirma que a economia política parte dos fatos, como dados verdadeiros subjacentes à estrutura econômica e social, sem, contudo, chegar a produzir uma explicação significativa. Conforme o autor, a teoria econômica foca no processo material, do qual deriva a propriedade privada, a dissociação entre trabalho, capital e terra, a divisão do trabalho, a competição e a conceituação de valor de troca. Assim, o que deveria ser elucidado é, todavia, convertido em ponto de partida para a formulação das leis econômicas, sem que haja a preocupação em decifrar como essas leis se originam da propriedade privada e da base que distingue trabalho, capital e terra. Segundo Marx, a economia política demarca um círculo vicioso, por afirmar como fato histórico aquilo que deveria explicar. Erich Fromm, no livro *Conceito Marxista do Homem* (1970), declara que a filosofia de Marx representa um protesto que expressa a contraposição à alienação do homem, sua transformação em objeto, sua desumanização e automatização, que são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo ocidental.

Para Karl Marx (2004), o que Aristóteles valorizava era virtude do ócio, não no sentido da preguiça,

mas do tempo livre para a atividade política e filosófica, visão que era coerente com a sociedade em que vivia e à temporalidade histórica, o trabalho era um encargo dos escravos. Herbert Marcuse, no ensaio *Sobre os Fundamentos Filosóficos do Conceito de Trabalho Alienado na Ciência Econômica* (1981), entendia que sob o prisma da economia política, o conceito de trabalho foi reduzido ao longo do desenvolvimento histórico, até tornar-se apenas um signo de uma atividade assalariada \_ dirigida, subordinada, não-livre. Para Marcuse (1981), a redução do conceito de trabalho a um elemento econômico bem determinado, embora busque assumir um caráter de neutralidade, constitui-se num (pré)juízo dos seus princípios mais importantes.

Marcuse (1981) considera que a teoria econômica prescinde de uma valorização e definição de trabalho como tal. Pois, na medida em que é entendido como uma atividade determinada, baseado nas noções de objeto de trabalho, finalidade e resultados, o conceito de trabalho pode ser aplicado amplamente a diversos tipos de atividades econômicas, legitimando a exploração da força de trabalho no capitalismo. Ele defende que o trabalho é entendido tão somente como atividade econômica, assim contrapondo-se às demais formas produtivas vinculadas às práticas artísticas, políticas e a todas aquelas que não estejam, eminentemente e/ou diretamente, associadas às relações de produção propriamente consideradas.

Em contraposição a visão estrita do trabalho como atividade, meramente econômica, o conceito filosófico de trabalho em Marx (2007; 2004; 1982) abarca, ontologicamente, a totalidade da existência humana. Para este pensador, o trabalho não se trata de uma atividade determinada, como no sentido econômico, mas a práxis fundamental e específica da espécie humana que une humanidade e objetividade. O autor, entende que a particularidade de qualquer espécie deriva do tipo de atividade vital que realiza, sendo a afirmação do homem como ser genérico consciente, ao indicar que o traço distintivo da humanidade reside no fato do homem ter a capacidade de fazer de sua atividade vital um projeto racional, fruto de sua vontade e de sua consciência. Assim, enquanto o animal executa sua atividade vital centrado em sua necessidade imediata de sobrevivência, o homem, por meio do trabalho, procede racionalmente na constituição prática do mundo objetivo, através da manipulação da natureza in/orgânica.

Mas é na sua obra mais conhecida, *O Capital* (1982), que Marx analisou a relação homem natureza mediada pelo trabalho, afirmando que através da transformação da natureza, o homem racionaliza sua existência e prática, modificando a si próprio. Para Marx, pelo trabalho o homem aciona suas capacidades transformando a natureza, e, neste processo dialético, vivencia sua própria transformação, pois o processo laboral implica em prática social que gera determinações para vida dos homens em sociedade. Na análise da categoria trabalho, considerando seu significado negativo ou positivo, é mister entender seu caráter histórico e não natural. Para analisar o trabalho em seu processo de desenvolvimento que possibilita ao homem tornar-se humano, bem como na sociedade capitalista \_ devido à divisão social do trabalho \_ o homem torna-se alienado no processo. O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que se reconhece e vivencia sob o nome de trabalho. Para Saviani (2007, p. 154):

(...) a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao

contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

Um fenômeno para ser considerado em seu processo histórico, deve ser analisado em movimento, pelo crivo do método dialético (Vigotski,1995). De atividade vital o trabalho, tornou-se na atual sociedade capitalista, atividade alienada. Da divisão das atividades do homem primitivo, que se valia da colaboração coletiva em atividades como a caça, até a máxima divisão da produção que se visualiza hoje no processo fabril, o trabalho transformou-se na relação com o homem \_ ou na relação do homem com o trabalho. No trabalho, em sociedades primitivas, o homem maneja os elementos da natureza utilizando ferramentas para ampliar a ação de seus membros. No modo de produção capitalista, o próprio trabalhador é transformado em ferramenta, em máquina, no interior do processo produtivo, numa saga ordenada pelo proprietário dos meios de produção, que limita o desenvolvimento do sujeito-trabalhador.

Ao lançar o olhar em relação à configuração do capital na contemporaneidade e, suas implicações gerais, registra-se no início da terceira década do século XXI, uma complexa crise socioambiental e, simultaneamente, faz-se notório no cenário global, a avassaladora expansão das relações capitalistas de produção, desencadeada pela reestruturação produtiva gerada pela 4ª. Revolução Industrial. O paradigma produtivo e técnico econômico ampara vastos avanços científicos (TICs, robótica, nanotecnologia, microeletrônica, informática), sob a égide da Indústria 4.0. Enquanto, sob o mesmo contexto histórico verifica-se o aumento da superexploração dos trabalhadores e na face desumana das guerras impelidas pelos núcleos de poder mundial (IAMAMOTO, 2017).

Santos (2020, p. 54) relata que o fenômeno, em pauta no circuito global, resulta da associação entre três processos correlativos: a criação e implantação de “mecanismos de exploração da força de trabalho,”[que impactam] “as relações e condições de trabalho”; o (re)ordenamento da atuação do Estado na gestão das políticas, via “(des)regulamentação do trabalho pela supressão de direitos sociais e da privatização/ mercantilização na esfera pública”; as mudanças infundidas nas organizações “culturais, ideológicas e na sociabilidade das classes trabalhadoras, no seu modo de ser e viver.”

O movimento de globalização econômica do capital, (re)vestido por contradições internas próprias, incrementa as forças produtivas com a redução da empregabilidade (*jobless*) que aflige de modo imperioso países, regiões, atingindo povos e organizações socioculturais tradicionais. No Capítulo Inédito do Capital (MARX, 1982), os impactos variam em função da *subsunção formal* e *real* ao capital. A *subsunção formal* implica na manutenção das práticas tradicionais, mas mantém em condição de subalternidade os frutos do trabalho às determinações do circuito do mercado capitalista. Na *subsunção real* do trabalho ao capital, representa a alteração das bases tradicionais de produção com a perda da propriedade dos meios de produção pelo trabalhador, que passa a ser assalariado no âmbito das relações capitalistas de produção.

Assim, entende-se que o trabalho, para além da ação individual, envolve em sua realização: negociação entre atores sociais, condições ambientais, técnicas e organizacionais. A partir do olhar marxiano, a

abordagem adotada acercar-se, analiticamente, do modo como a atividade laboral é desenvolvida pelos produtores familiares nas comunidades ribeirinhas, na condição de trabalhadores que exercem uma pluralidade de atividades laborais, compondo um rico, criativo e complexo repertório de práticas na manifestação *do mundo do trabalho na cena da Amazônia*.

## **2. O mundo do trabalho na cena da Amazônia**

Desde o processo de colonização da Amazônia, o modelo de desenvolvimento manteve e exacerbou as tensões ocasionadas pela existência de disparidades regionais e intraregionais, entre setores e estados. Todavia, no Brasil, em meados do século passado, dentre os fatores que geraram diversas tensões destacam-se os múltiplos interesses políticos em jogo marcados pelo “padrão de dominação do tipo centro-periferia”, patrocinando a manipulação a partir “de sua força de decisão ao nível do poder político central” (HADDAD, 1996; p.273), como a distribuição desigual de recursos entre os entes federativos e entre setores, o perfil das políticas públicas editadas, em geral, de caráter paliativo e/ou inoperantes.

O meio ambiente, na condição de sistema global, dinâmico e complexo, fornece suporte à vida humana cumprindo um conjunto de funções básicas interdependentes, como: suprir com recursos materiais e energéticos necessários para a produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas; prover a sociedade de um conjunto de bens e serviços *naturais* que servem de base fundamental para existência e a qualidade de vida da população (paisagens, áreas de recreação entre outros) (Haddad, 1996). Haddad (idem; p.274) relata que:

(...) dada a enorme diversidade dos recursos materiais e energéticos que compõem o meio ambiente amazônico, não é difícil imaginar o profundo conflito de interesse em escala nacional e internacional em torno da definição dos processos de utilização, conservação e preservação desses recursos quando são levada em consideração a tríplice dimensão do seu valor econômico e os diferentes grupos de interesses politicamente estruturados.

Em sua extensão territorial e geopolítica o Bioma Amazônico abarca diversos países, como Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru e Suriname. O ecossistema amazônico é composto por um extenso mosaico que abrange, a integração de diversificados biomas (floresta tropical úmida, cerrado) que resguarda uma flora, fauna, recursos biológicos, energéticos e minerais ainda não dimensionados e de variados grupos sociais, povos originários e tradicionais.

O recorte geopolítico do Brasil abrange Amazônia Legal<sup>1</sup>, com área de 5.015.067,75 km<sup>2</sup>, corresponde a 58,9% do território brasileiro, abrangendo os estados da região Norte do Brasil: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Mato Grosso (região Centro Oeste) e do Maranhão (região Nordeste). Na região Norte vivem 24 milhões de habitantes que corresponde a 12% da população do país, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 683, na comparação com as demais regiões brasileiras

---

<sup>1</sup> A Amazônia Legal, área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007). (IBGE, 2020).

é segundo menor, superior apenas ao do Nordeste (IBGE, 2020). Nesta região estão a maior concentração de Terras Indígenas (110 milhões de ha) do Brasil, onde vivem 180 etnias, 60% dos povos indígenas do país (440 mil pessoas), que falam mais de 160 línguas diferentes (ISPN, 2021).

Apesar da diversidade e do volume de recursos existentes na região, essa riqueza abriga um grande contingente de população em condição de pobreza. Esta constatação foi usada como justificativa política para validar e manter as afirmações de cunho ideológico de que os problemas vigentes na região derivam da falta de capacidade e do “atraso” dos povos amazônidas para produzir as soluções adequadas e eficazes para o desenvolvimento regional (HADDAD, 1996). Está disseminado em diversos relatos dos colonizadores o estigma lançado aos povos amazônidas, tratados como “atrasados”, “inoperantes” e “incapazes” de apreender a cultura da civilização moderna.

O preconceito arraigado, sustentáculo para a visão de integração para progresso, moldou os planos, programas das políticas públicas desenvolvimentista de estado e perpassou os diversos governos. Tal falácia serviu para dissimular a realidade da usurpação histórica das riquezas que foram destinadas para beneficiar outros contextos (MACIEL, 2002). A edição de políticas de segurança nacional durante a intervenção militar (1964-1986), apadrinou a expropriação de território dos povos tradicionais e favoreceu a exploração desenfreada pelos grandes projetos agropecuários, madeireiros, hidrelétricos e mineradores que fomentaram intensa depredação dos ecossistemas afetando sobretudo as organizações dos povos originários e tradicionais na região (CHAVES, 2001).

Em favor das grandes empresas e dos pólos industriais, as políticas desenvolvimentistas admitiram “a desorganização e a desestruturação das atividades tradicionais produtoras de bens de consumo popular nas áreas periféricas.” [resultando no] “aumento das desigualdades sociais entre grupos residentes nessas regiões e no uso predatório de sua base de recursos naturais.” (HADDAD, 1996, p. 275). Processo que afetou os modos de vida tradicionais, gerando dificuldades para alguns de continuarem mantendo suas práticas, saberes e invenções culturais. Maciel (2002) afirma que o fluxo do desenvolvimento histórico de diversos grupos foi fortemente “obliterado”, enquanto a outros sucedeu uma certa “regressão em sua expansão societária”, e muitos outros foram vítimas de extinção (etnocídio, genocídio).

Ao longo da história da Amazônia, entre narrativas, discursos e olhares sobre sua realidade política, sociocultural e econômica apresentaram contornos diversificados, construções interpretativas exógenas que variaram, para o bem e para o mau, entre as idealizações fantasiosas e as descrições realistas. Parte das percepções eram marcadas por fortes fundamentos ideológicos, que em sua maior parte parecem ser “elaborações que não passaram pelo valor das realizações coletivas que conferem o sentido de autenticidade à ação social dos grupos humanos” (COELHO, 1994 *apud* MACIEL, 2002, p.128). Mas, diversos estudos resgatam a história sobre as formas de trabalho que modelam a riqueza do seu patrimônio cultural, as habilidades expressas no manejo e as práticas de conservação dos recursos dos ecossistemas amazônicos praticadas pelos povos amazônidas (CHAVES, 2016).



Em todos os quadrantes do planeta, mediante os avanços técnicos, científicos e tecnológicos, as transformações em relação às formas de trabalho estão ocorrendo de maneira aceleradas, sem paralelo na história (OECD, 2021). Na paisagem e na dinâmica da Amazônia, o paradigma técnico econômico contemporâneo associa poderosas forças de produção que impulsionam o curso da sociedade regional. Eis um paradoxo que desafia a experiência civilizatória, em seu volume de acumulação de riquezas, no montante de pobreza que se alastra na vastidão territorial. As modernas relações de produção no cenário regional, não aportam disseminando desenvolvimento com socialização de riquezas, ao contrário, ampliam o *gap* da desigualdade socioeconômica predominante, acentuando o grau de empobrecimento material, provocando riscos e vulnerabilidades socioambientais e exclusão social (CHAVES, 2016).

As forças avassaladoras do paradigma de produção dominante disseminam crises, conflitos e desafios, sob este imperioso processo, o desenvolvimento regional é marcado pela correlação de forças com a ordem capitalista, cujo olhar e investimentos são atraídos pela rica biodiversidade ambiental e sociocultural. Em contraposição, emergem formas de resistência expressas em mobilizações e outras formas de autoproteção. Na arena de lutas sociais, os agentes sociais confrontam interesses políticos, divergentes em razão da defesa de suas lógicas, opostas entre si. De um lado, alinham-se movimentos representativos de posseiros, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos produtores e nações/etnias indígenas e de outro, estão perfilhados atores que representam os interesses do grande capital multinacional e nacional. De um modo geral, as trajetórias permeadas por fluxos e contrafluxos, percalços infligidos pelo sistema econômico na região semeiam alterações radicais no *modus vivendi* das populações amazônicas, nas formas de trabalho, em relação a permanência nos territórios tradicionais, no acesso aos recursos naturais e aos direitos sociais.

Os fluxos da economia na região provocaram alterações radicais no *modus vivendi* das populações amazônicas, nas formas de trabalho e na própria disponibilidade dos recursos naturais existentes. Na região, as políticas públicas editadas, orientadas pelas forças das elites dominantes, não debelaram o quadro de empobrecimento de índios, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, quilombolas, varjeiros, entre outros. Enquanto circula a argumentação de ocorrem em razão da baixa escala de produção e das práticas laborais que não atendem aos requisitos de produtividade.

Contudo, Singer (1994; p.169) afirma que, por sua história singular, extensão territorial, e da distância em relação aos “centros de poder econômico e político no sul do Brasil”, “a economia amazônica (...) é em larga medida, autárquica”. Embora a lógica mercantil tenha incidido sobre as formas de trabalho e junto às organização sociais, vários mecanismos utilizados pelos grupos sociais serviram como filtro para atenuar suas injunções, tais como: a transmissão intergeracional para manutenção da língua *mater* pelas novas gerações de diversas etnias; o uso das regras de parentesco; as normas de uso do território e de moradia; a posição social e da religião; os valores, comportamentos e aspirações sociais; a cosmovisão; as habilidades de organização e coletivização das práticas laborais. Em razão da permanência e resistência das sociedades tradicionais, a Amazônia é vista como uma fronteira, Singer (1994) entende a fronteira como área periférica a ser absorvida pelo capitalismo em expansão e reconhece que a Amazônia, em sua ocupação e povoamento,

enfrentou imposições externas, contudo, a região tem constituído articulações e estratégias que competem com as influências externas.

No caso dos povos tradicionais, a relação homem-natureza na dinâmica de vida e no mundo do trabalho, é marcada por uma sinergia de forças entre grupos domésticos e os membros da comunidade. Nesta dinâmica, para Saviani (2007), instaura-se um processo de aprendizagem, via da transmissão oral de saberes, em que os grupos garantem seu legado cultural, os sujeitos educam-se entre si e às novas gerações, cuja validade desse processo é estabelecida pela experiência. Estão aí presentes, os fundamentos histórico-ontológicos que instituem o mundo do trabalho, os fundamentos históricos como “processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens” e os fundamentos ontológicos como “produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens.” (SAVIANI, 2007, p. 155).

No desenvolvimento das principais atividades produtivas, na caça e na pesca, no extrativismo, na agricultura, são empregados mecanismos culturais (práticas, símbolos e representações) que constituem práticas fundamentais para assegurar a manutenção da biodiversidade do ecossistema, da continuidade das modalidades de organização dos grupos e que atuam como determinantes da identidade cultural.

Os segmentos de produtores na região, com modos de vida e produção similares entre si, são heterogêneos na definição de suas identidades políticas. A identidade política dos produtores não é determinada em razão dos ganhos econômicos auferidos, mas é auto atribuída de acordo com a representação dos próprios agentes sociais. No contexto da cultura cabocla, é imperativo entender como as práticas laborais são determinadas pela força da organização comunitária, que possibilitam aos grupos familiares formas singulares de vivência. Para avançar nesta abordagem analítica sobre as formas de gestão do trabalho, o exercício de cooperação, a prática dialógica com baixo grau de tensão, far-se-á um exercício de imersão nas práticas laborais no interior de comunidades ribeirinhas na Amazônia

## **2.1. Práticas laborais em comunidades ribeirinhas**

Nos estudos realizados nas comunidades verificou-se uma dinâmica complexa entre os agentes para enfrentar a tensão decorrente das necessidades de arregimentar suas capacidades e habilidades para manutenção física e social de seus grupos domésticos familiar e para o manejo dos recursos locais: nesta empreitada os sujeitos sociais estruturam formas elaboradas de produção, consumo e de intercâmbio.

Embora esta narrativa abranja a produção de saberes sobre povos tradicionais na Amazônia, que foram realizados ao longo de duas décadas, alicerçados nesta experiência, a abordagem a ser apresentada centra-se num *locus* de pesquisa específico que abrange três comunidades: Menino Deus, Santo Antônio do Mucajá e Ebenezer, município de Maués, estado do Amazonas, 8ª. Sub-região do Médio Amazonas, leste do estado, entre os rios Madeira e Tapajós.

A comunidade Menino Deus, fundada na década de 1970 pelo Sr. Manoel Leite Batista é composta por 50 grupos domésticos familiares que compõem um total de 219 moradores. A comunidade Santo

Antônio de Mucajá é formada por 108 famílias, perfazendo um total de 523 habitantes, sendo que somente 78 famílias residem na sede da comunidade, as demais moram no seu entorno. Esta comunidade encontra-se na área de entorno da Floresta Estadual de Maués. Conforme o Plano de Gestão da Floresta Estadual, apresentado pela Agência de Floresta da SDS, a comunidade é considerada estratégica, tanto para os comunitários como para a Unidade de Conservação (UC) por ser o principal pólo do município de Maués no rio Parauari.

A Comunidade Ebenézer está situada no lago do Juma, no Rio Parauari, e faz parte da Unidade de Conservação denominada Floresta Estadual de Maués, por meio do Decreto nº23.540, de 19 de julho de 2003. Dessa forma, consiste em unidades de manejo sustentável voltadas à proteção dos atributos naturais, admitida a exploração dos recursos disponíveis mediante regime de manejo sujeito a limitações legais.

No domínio comunitário, as práticas laborais, sob égide da herança histórica e cultural mesclada às forças da dinâmica criativa e inventiva do *modus vivendi* tradicional, são fortemente impactadas pelas determinações impostas ao mundo do trabalho, mas que desenvolvem, a cada movimento do capital, formas próprias de continuidade. Um exemplo é a forma integrada das práticas laborais praticada pelos comunitários no manejo dos recursos naturais, que regidas pelos valores herdados da tradição cabocla exercem uma baixa pressão sobre os recursos, proporcionando condições adequadas para sua reprodução física e social e propiciando a conservação dos ecossistemas locais.

A cultura, de maneira geral, institui-se como um processo complexo, acumulativo, dinâmico e criativo, cujo fluxo de mudanças ocorrem a partir de fatores endógenos e/ou exógenos (BARRETO, 2016). As comunidades locais, embora não vivenciem a plena subordinação à dinâmica do capital (*subsunção real-Marx*) ou não adotem o mesmo padrão produtivo (*subsunção formal-Marx*), enfrentam influências oriundas da força engendradora pelo circuito do mercado no qual seus produtos adentram. A renda obtida com a comercialização dos produtos das comunidades serve para obtenção de mercadorias, bens e serviços necessários para a manutenção de seu grupo doméstico familiar. Pois, os produtos do trabalho da comunidade (frutas, farinha e pescado), não são suficientes para suprir o conjunto das necessidades dos grupos doméstico com vestuário e equipamentos/ferramentas, por exemplo.

Mas, em que pese a força das necessidades e da pressão externa por seus produtos, não se verifica entre os grupos locais uma subordinação em relação à comércio que representa o mercado capitalista, pois as práticas produtivas, cujo fim é a reprodução sociocultural e não a acumulação de lucro, por estarem voltadas para a subsistência familiar relativizam a dependência das mercadorias externas e dos recursos monetários.

O *locus* de vivência, a comunidade, é um termo afirmado pelos sujeitos locais, seu significado extrapola a configuração física e geopolítica, guarda sentido simbólico de constituir-se como espaço de reprodução sociocultural, cuja temporalidade de existência e constituição, antiga ou recente, instituiu com padrão tradicional e estruturação diferenciada do contexto urbano industrial, (res)guardado por práticas e saberes oriundos das etnias que povoam a região desde tempos imemoriais (CHAVES, 2016).

Nas principais atividades produtivas (caça, pesca, extrativismo e agricultura) são empregados mecanismos culturais (símbolos e representações) que instituem práticas de manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, a continuidade das modalidades de organização dos grupos e a identidade cultural. Nas comunidades estudadas foi possível distinguir a marca singular da organização sociocultural, contexto em que os indivíduos na condição de mestres e aprendizes erigem sua identidade social, conservando aprendizados confiados pelas gerações pretéritas e, ao mesmo tempo, instituem novos saberes na dinâmica da gestão dos recursos locais. A relação homem-natureza, na dinâmica de vida e no mundo do trabalho, é marcada por uma sinergia de forças entre os grupos domésticos e os membros da comunidade e, no relacionamento com a sociedade envolvente, estas relações enfrentam tensões reais e simbólicas.

A identificação cultural, mecanismo essencial da gestão comunitária, é um elemento determinante para a gênese da participação como resultado de um processo prenhe de contradições, marcado pela complexidade e num ritmo próprio a cada grupo social particular. Norteadora das práticas laborais nas comunidades, a relação homem-natureza pode ser identificada por um conjunto de características:

- 1) pluralidade de práticas - envolvendo habilidades nas atividades produtivas da pesca, cultivo de frutas e plantas medicinais, extrativismo, agricultura e artesanaria;
- 2) intensiva troca de produtos - intercâmbio de produtos (farinha, frutas, peixes) entre os grupos e com as comunidades próximas, com raro uso de recursos monetários na permuta de produtos por mercadorias junto aos barcos de comércio (regatões);
- 3) perfil do grupo doméstico familiar – que se configura como uma unidade de produção e consumo, cuja lógica é centrada na manutenção do próprio grupo;
- 4) técnicas e tecnologias apropriadas - uso de ferramentas que sob os princípios dos saberes tradicionais que causam baixo impacto no manejo dos ecossistemas locais;
- 5) conservação dos ecossistemas – gestão das práticas baseadas no respeito aos códigos e ciclos da natureza (períodos de pousio da terra, reprodução de flora e fauna);
- 6) integração com a natureza – exercício de atividades laborais abalizado por rituais e interpretação dos sinais da natureza, relação de pertencimento e reciprocidade entre seres vivos (humanos, animais e vegetais);
- 7) práticas coletivas de trabalho - centralidade da ajuda mútua, integração entre grupos nas ações, manutenção da infraestrutura local e apoio entre grupos domésticos.

Dentre as atividades laborais há uma nítida divisão, entre as que mantêm as necessidades grupais e as que são acessórias, mas não menos importante na expressão de significados, como a produção de artefatos socioculturais, como, por exemplo, a artesanaria. Esta, além de ser expressão da organização tradicional, serve para obtenção de renda suplementar para manutenção dos grupos doméstico familiar, cuja importância tem caráter sazonal de acordo com os ciclos das águas e das necessidades dos grupos. A produção de artefatos artesanais possibilita a manter a destreza das habilidades manuais tradicionais, a garantia de transmissão de importantes aprendizados às novas gerações, portanto, essa atividade laboral representa:

- 1) exercício da conservação da tradição e dos saberes imemoriais/intangíveis;
- 2) integração grupal - interações sociais e trocas simbólicas que fortalecem os laços de compadrio e elos de solidariedade;
- 3) produção de ornamentos/enfeites pessoais e utilidades domésticas, artefatos decorativos e utensílios \_ paneiros, peneiras, vasos e outros\_ com cipós, fibras, sementes, seivas, cascas, folhas e flores;
- 4) domínio técnico em construção de moradias e abrigos das criações - coleta da palha para cobertura ou paredes, madeira para pisos/paredes;
- 5) obtenção de renda para o grupo doméstico familiar, a partir de intercâmbio com outros produtos (aviamento), com outras comunidades, venda em feiras.

Nas comunidades não se verifica a venda da força de trabalho (assalariamento), a força de trabalho local é exclusivamente familiar, nem se pratica a obtenção de ganho privado, os resultados obtidos pelo esforço do trabalho, mesmo ao ser comercializado, tem caráter coletivo, pois é propriedade do grupo familiar, não havendo apropriação privada nas relações dos grupos. Os grupos comunitários estabelecem normas para as práticas produtivas visando limitar impactos e proteger os ecossistemas (escala de produção, rotação de áreas e cultivos entre outras práticas).

Os ribeirinhos, na gestão do trabalho elaboram, sob moldes próprios, mecanismos para acionar a participação: as redes de ajuda mútua entre os grupos doméstico-familiar. Os vínculos de (con)vivência forjado nos laços familiares, geram sentimentos de pertencimento que facilitam e criam oportunidades de estabelecimento de acordos coletivos para o trabalho e consenso que desencadeiam interações necessárias para manter as condições de igualdade entre eles (cf. CHAVES, 2001; 2016). O trabalho coletivo abrange diferentes práticas que ocorrem de maneira frequente, de relevância para todos os grupos doméstico familiar, que derivam da divisão de gênero (homens, mulheres), da multifuncionalidade geracional (adultos, idosos, crianças) e da matricialidade familiar que perpassam a organização do trabalho de maneira transversal. Essa categoria de trabalho é altamente dinâmica, e desenvolvida em grupos nos quais gênero, geração e matricialidade familiar mesclam-se.

O uso da expressão *grupos domésticos familiares*, ao invés de família, deve-se a observação de que o espaço da moradia, a convivência doméstica, abriga diversos membros com laços consanguíneos, de vínculos de compadrio e por aproximação afetiva. Numa habitação, comumente, o grupo que (com)partilha o convívio desfruta das prerrogativas de consumo e produção e das responsabilidades laborais. Os agregados participam dos esforços laborais e desenvolvem em conjunto com os membros familiares a vivência em toda sua amplitude e profundidade desde as ligações afetivas até àquelas de manutenção das condições de reprodução física e sociocultural do grupo, que instituem a unidade produtiva familiar (CHAVES, 2001).

A condição identificada ficou evidente quando os participantes mencionaram que durante o seu dia a dia todos os membros dos grupos domésticos familiares colaboram com a realização dos trabalhos desde (domésticos, roçado, pesca, construções, extrativismo, artesanaria entre outras). Deste modo, foi possível perceber que a divisão de gênero, familiar e por geração indica basicamente aqueles que são os principais

responsáveis pela organização de determinada atividade laboral, mas o envolvimento de todos é fundamental para a execução das tarefas, onde a exploração do trabalho alheio não é absolutamente admitida ou cogitada.

As crianças acompanham os adultos nas atividades laborais, no roçado, na casa de farinha, em casa ajudam a lavar louça, lavar roupa, jogar os resíduos da produção, arrumar a casa e a pescar. Elas são levadas por seus pais aos espaços de trabalho desde a mais tenra idade, inclusive crianças de colo. Assim, vivenciam a socialização para o trabalho que configura o modelo particular do mundo *do trabalho comunitário*. Mas, a efetiva inserção das crianças no exercício de atividades laborais inicia-se em torno de 08 anos de idade, em atividades bem leves que não exigem grande esforço e nem são de longa duração. Ao atingirem em torno de 14 anos de idade os meninos já possuem destreza para realizarem ações como produtores, daí iniciam a trajetória para formação de um novo grupo doméstico, em geral, próximo ao grupo doméstico de seus pais.

Os homens, respeitados como principais provedores nos grupos doméstico familiar, em diferentes oportunidades, também realizam atividades domésticas, limpam o quintal, fazem comida, lavam roupa, cuidam das crianças. Em algumas localidades eles realizam sozinhos o parto de suas esposas/companheiras. Mas, por terem maior força física são sempre convocados para realizarem as atividades que exigem maior esforço e risco. As mulheres, principais responsáveis por coordenar os trabalhos domésticos, prover as refeições, também atuam responsáveis pelo cultivo de frutas para abastecer seu grupo familiar e nas diferentes etapas de preparação dos roçados. A elas cabe a função de distribuir entre os membros do grupo familiar as tarefas que devem ser realizadas durante o dia a dia. A atividade em que a mulher tem menor proximidade é a comercialização com os regatões (barcos de comércio regional), muito embora, sejam exímias na realização de trocas de produtos intra e intercomunitárias.

Assim, embora os homens sejam reconhecidos pelos comunitários e membros do seu grupo doméstico, como chefe, a mulher assume papel de relevância na gestão e direcionamento do trabalho no contexto familiar. Elas lideram nas tomadas de decisão sobre as atividades a serem realizadas pelo grupo doméstico, como por exemplo, se o grupo vai “botar roçado” ou realizar outro tipo de cultivo. Mas no momento da convocação dos demais membros, seja da família, seja da comunidade, para o trabalho coletivo, os homens habilitam-se como líderes.

Nas comunidades predominam as relações de trabalho coletivo, práticas de cooperação laboral: *o puxirum*, *o ajuri* e *o mutirão*. Nas comunidades de Mucajá, Menino Deus e Ebenezer, o principal trabalho coletivo dos grupos é o *mutirão*, que significa trabalho conjunto, em parceria. Os comunitários de Mucajá reconhecem *puxirum* como sinônimo de *mutirão*, termo proveniente da cultura Sateré Mawé. O *ajuri* é reconhecido pelos membros da comunidade como sinônimo de *puxirum* e *mutirão*.

As formas de cooperação são fortalecidas nas relações cotidianas, essenciais mediante as situações desfavoráveis, ajudando na superação das dificuldades vigentes, sejam de um grupo doméstico, seja da comunidade. Araújo (2003, p. 490) ressalta que:

O *ajuri* é um auxílio mútuo que é prestado a outro membro da comunidade, em situações como, a construção de uma casa, na pintura de paredes de uma habitação, numa farinhaada, numa situação de reconstrução, na derrubada da mata para a roça, enfim. A abrangência de uma ação de cooperação é imensurável, pois aonde houver alguém precisando de ajuda e estiver um comunitário, ele compreende a necessidade da solidariedade humana e social.

Esse autor afirma que a ajuda mútua no processo de trabalho é uma das mais antigas práticas existentes no Brasil, data de antes da colonização. Imemoriais e praticadas por sucessivas gerações de povos amazônidas, nas comunidades, os sujeitos da pesquisa definiram esse tipo de trabalho coletivo, assim:

[...] uma vez que se junta três, quatro famílias já é um *puxirum*. Quer dizer é unir pessoas, pra trabalhar. O *ajuri* é outro termo do *puxirum* só que ele talvez se diferencia por não ser só num local vai numa propriedade, depois vai na outra. O *mutirão* já é quando você escolhe um local, uma área pra trabalhar em grupo, por exemplo, junta todo mundo numa área da comunidade pra preparar a área. [...] O *ajuri* é um derivado de *puxirum*. (comunitário 3).

Se tem um grupo que tem trabalho pra fazer, se tem alguma família que tem algum trabalho pra fazer, então, a gente se ajuda assim, convida um ao outro e vai trocar as dicas e trabalhar. Eu ajudo um, depois vou ajudar o outro e depois o outro e assim vai. [...] sim, é isso que é um *mutirão* (comunitário 6).

Portadores de um singular *modus vivendi*, cada grupo social institui um *mundo do trabalho* que compreende um padrão de organização para produção e consumo que atua como fator essencial para superar os rigores e privações que possam ser ocasionados pela limitada inserção de seus produtos junto ao mercado, ou então pela dificuldade em efetuar as trocas obtendo recursos monetários para compra de mercadorias, ou ainda pela carência, precariedade e seletividade de bens e serviços sociais (assistência à saúde, assistência social, técnica, crédito, educacional).

## Considerações Finais

O desafio que se impôs neste estudo foi abordar analiticamente as modalidades de trabalho no domínio territorial das comunidades ribeirinhas de Mucajá, Ebenezer e Menino Deus. A partir do estudo foi possível desvendar as modalidades de práticas demarcadas pelos parâmetros socioculturais derivadas da relação dos comunitários entre si, com a natureza e com o contexto societal, numa ampla rede de saberes e habilidades tradicionais que se inter cruzam formas de trabalho numa faina criativa.

O avassalador processo de modernização da sociedade urbana-industrial, removeu práticas laborais, mas o papel dos grupos doméstico familiar na socialização e transmissão de saberes continua fundamental na organização das práticas laborais. O mundo do trabalho, sob os marcos da cultura amazônida, representa a expressão dos saberes, habilidades, práticas e valores que os povos tradicionais assimilaram, ao longo de sua história, sobre o seu meio, mediada pela saga criativa da relação dos homens entre si e nas suas inter-relações com a natureza. Os estudos indicam que os povos da Amazônia ao demarcarem seus territórios sob parâmetros próprios, com modalidades de trabalho com práticas de baixo impacto, ao manejarem os

recursos da natureza visando sua recuperação (reprodução) e evitando a superexploração, favorecem a recuperação dos ecossistemas de floresta, rios e a reprodução das espécies de fauna e flora.

A manutenção dos grupos doméstico-familiares, em sua maior parte, assegurada pelas trocas intra e intercomunitárias com produtos cultivados (roça, pomar, quintal), do extrativismo animal (pesca, caça) e vegetal (frutos, óleos), demarca a renitente permanência de algumas práticas laborais tradicionais que se tornaram legados significativos de conservação das formas de vida local, em função tanto das modalidades de organização da produção (coletiva, unidade doméstico familiar), quanto do grau relativo de autonomia dos produtores em relação ao mercado.

Os estudos conduzidos possibilitaram ampliar o conhecimento sobre o mundo do trabalho pela (re)afirmação de que esta é mediada pela relação dos homens entre si e nas suas inter-relações com a natureza, sob a dinâmica dos padrões da cultura local e a resistência e, ao mesmo tempo a permeabilidade das inferências do contexto externo. Nesta vivência, os agentes sociais assimilam valores, produzem saberes, exercitam habilidades, instituem práticas, técnicas e tecnologias, em intervenções criativas e, ao mesmo tempo de conservação de saberes sobre o meio ambiente.

## Referências

- BARRETO, J. da S. *Condições de viabilização e acesso à aposentadoria rural em Maués/AM*. Dissertação de Mestrado, UFAM, Manaus/AM, Brasil, 2016.
- CHAVES, M. do P. S. R. *Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia*. Editora Novas Edições Acadêmicas, Saarbrücken, p. 116, 2016.
- CHAVES, M. do P. S. R. *Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREC, Campinas, Brasil/França, 2001.
- FRIEDMANN, G. *Qu'est-ce que le travail?* In: *Annales Économies, Sociétés, Civilizations*. 15e, n.4, p. 684-701, 1960.
- HADDAD, P. R. *Planejamento Regional Integrado no Processo de Desenvolvimento da Amazônia*. In: *Uma Estratégia Latino-americana para a Amazônia*. Pavan. C. (org.). Brasília: MMA, vol. 3, 1996.
- IBGE. *Amazônia Legal*. Brasília-DF, 2020.
- ISPN, *Relatório do Instituto Sociedade, População e Natureza*. 2021. <https://ispn.org.br/> Acesso em 15/set/2021.
- LOCKE, J. *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. In: *Os Clássicos da Política*, vol. 1. Weffort, Francisco (org.). São Paulo: Ática. 2002.
- MACIEL, C. A. B. *A Família na Amazônia: desafios para Assistência Social*. In: *Serviço Social & Sociedade*, nº 71, especial, Cortez Editora, São Paulo-SP. 2002.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad.: Fernandes, F. SP, Expressão Popular. 2007.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Trad.: Raniere, J. SP, Boitempo. 2004.



MARX, K. *O Capital*. Trad.: Sant'Anna, R. Editora: Difel, 579 p., 1982.

MARCUSE, H. *Idéias Para Uma Teoria Crítica da Sociedade*. RJ, Zahar. 1981.

MANACORDA, M. A. *Mario Alighiero: aos educadores brasileiros*. Campinas: UNICAMP/HISTEDBR, 1 DVD, 2006<sup>a</sup>.

OECD. *Organisation for Economic Co-operation and Development. Economic Survey of Brazil*, 2020.

SAVIANI, D. *O Choque Teórico da Politecnicia*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SANTOS, N. dos F. F. *Manual de análise ergonômica no trabalho*. 2e. Curitiba: Genesis Ed., 316 p., 1997.

SINGER, W. *Putative Functions of Temporal Correlatins in Neocortical Processing*. In: Koch, C.; Davies, J. Large-scale neuronal theories of the brain (p. 201-237), The MIT Press, 1994.

VIGOTSKI, L.S. *Pensamento e linguagem*. SP: Martins Fontes, 1995.

---

#### **Contribuições dos autores:**

**Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves:** Coordenação da pesquisa, produção do referencial teórico, análise e sistematização do artigo.

**João Marcelo Rodrigues Chaves:** Pesquisador auxiliar da pesquisa, organização dos dados, análise e sistematização do artigo.

---